

Crise à vista

JORNAL DA TARDE

6 APP 1005

Três semanas após ter pronunciado um violento discurso contra o Judiciário, acusando-o de ser excessivamente lento e inepto, o senador Antônio Carlos Magalhães voltou novamente a criticar a instituição com veemência, citando nominalmente dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Néri da Silveira e Sepúlveda Pertence. O primeiro deles, segundo o parlamentar baiano, demorou de 27 de agosto de 1991 a 17 de março de 1995 para julgar um simples pedido de habeas-corpus; já o segundo, ao julgar uma ação direta de constitucionalidade, em 13 de fevereiro de 1992, pediu "vistas" do processo, a pretexto de analisá-lo com maior cuidado, e até hoje não o devolveu nem apresentou seu voto.

Desde que fez seu primeiro discurso contra esse poder, o senador Antônio Carlos Magalhães vem recebendo cartas das mais variadas regiões do País, relatando casos de nepotismo, tráfico de influência, corrupção e empreguismo praticados por magistrados. Uma delas informa que um juiz do Rio Grande do Sul foi acusado de peculato e o processo, por não ter sido julgado no tempo hábil, acabou prescrevendo. Outra cita um processo de inventário que se arrasta há 22 anos, em Brasília. O parlamentar baiano entregou cerca de 600 dessas cartas à Secretaria da Mesa do Senado, com um pedido ao presidente do Congresso, senador José Sarney, para que as encaminhe ao STF, solicitando aos seus ministros que apresentem sua defesa.

Essa ofensiva do senador Antônio Carlos Magalhães contra o Judiciário pode, sem dúvida, aumentar ainda mais o risco de um inoportuno e desgastante confronto entre esse poder e o Legislativo e o Executivo. Esse risco começou a se configurar quando, em seu discurso de despedida do Senado, em dezembro, e na mensagem que enviou ao Congresso por ocasião da abertura da 50ª legislatura, em fevereiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso acusou a magis-

tratura de "tribunalizar" a política e de "despoliticizar" as decisões tanto do Legislativo, no que se refere à aprovação de leis de caráter tributário, quanto do governo, em matéria de formulação e implementação de políticas públicas. E a cúpula do Judiciário, apesar da crescente contundência das críticas que passou a sofrer, manteve-se até hoje calada, optando por não respondê-las, invocando sua independência funcional.

O problema é que muitas dessas críticas, principalmente as do parlamentar baiano, não são políticas; pelo contrário, envolvem acusações graves, muitas delas de natureza ética e funcional. Como "quem cala, consente", segundo o ditado popular, ao manter-se em silêncio o Judiciário parece estar dando razão aos seus críticos. Estes, uma vez que não têm sido refutados em suas censuras, sentem-se agora encorajados a reapresentar o projeto de controle externo sobre a instituição, que só não foi aprovado pela Constituinte, entre 1987 e 1988, por causa das fortes pressões da Associação Brasileira de Magistrados sobre os parlamentares. Extra-oficialmente, alguns ministros do STF já afirmaram que esse controle é inconstitucional. Mas se o Congresso, que é integrado por quase 600 parlamentares eleitos pelo voto direto e tem a prerrogativa de emendar a Constituição, vier a aprová-lo, com o apoio do Executivo, cujo chefe obteve 34,3 milhões de votos, que autoridade e força terão apenas 11 ministros, alguns nomeados pela ditadura militar, para se recusarem a aceitá-lo?

É evidente que essa situação potencialmente conflituosa poderia ter sido evitada se o Judiciário tivesse revelado mais determinação e menos espírito de corpo na apuração das denúncias de irregularidades praticadas por alguns de seus integrantes e não oferecesse resistências corporativas às iniciativas do Congresso para modernizar a estrutura jurídica do País e suas instituições governamentais.